

## ACERTO DE CONTAS: Obras em portos do Nordeste serão as primeiras a sofrer atraso. Petrobras e Eletrobras investirão menos

Editoria de Arte

### OS PROJETOS DO PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO

Pavimentação da BR-174

Linha de transmissão de Tucuruí

Gás Natural de Urucu

Hidrovia do Madeira

Pavimentação e recuperação da BR-317

Rodovia Tocantins-Araguaia

Interligação do sistema elétrico

Recuperação da BR-364/163

Duplicação da BR-153/365

Ferro norte

Pavimentação da BR-364

Conclusão da hidrovia Tietê-Paraná

Gasoduto Brasil-Bolívia

Rodovia do Mercosul - Etapa 3

Adequação do Porto de Rio Grande

Pavimentação da BR-156

Pavimentação da BR-230

Porto de Pecém

Interligação da rede gasoduto do Nordeste

Ferrovia Transnordestina

Porto de Suape

Sistema de transmissão associado a Xingó

Conclusão de Xingó

Hidrovia do São Francisco

Ligação ferroviária Unai-Pirapora

Complexo Cabiúnas

Rodovia Fernão Dias

Porto de Sepetiba

Modernização do Porto de Santos

Rodoanel - Trecho Oeste

Rodovia do Mercosul - Etapas 1 e 2

Segundo um ministro de Estado, a construção do Porto de Pecém, no Ceará, e as obras de infra-estrutura no Porto de Suape, em Pernambuco, serão as primeiras a sofrer atrasos para atender às medidas de ajuste fiscal. O ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, confirmou ontem que o Governo deverá adiar a conclusão de alguns projetos dentro do esforço de estabilidade fiscal.

### OS CORTES

ORÇAMENTO DE 99  
R\$ 8,7 bilhões

ESTATAIS  
2,7 bilhões

SAÚDE  
1,5 bilhão

# Programa Brasil em Ação não escapa dos cortes

Secretário-executivo do Planejamento admite que todo o conjunto de projetos do Governo vai ser afetado pelas medidas

Roberto Cordeiro e  
Maria Luiza Abbott

• BRASÍLIA. Nem o Programa Brasil em Ação, vitrine do Governo Fernando Henrique Cardoso, vai escapar dos cortes de gastos. A redução de R\$ 8,7 bilhões no Orçamento da União de 99 e de R\$ 2,7 bilhões nos gastos das estatais nos próximos três anos vão afetar diretamente as obras do programa.

— Todo o conjunto de projetos do Governo vai ser afetado, porque a prioridade é a área social. As ações continuadas de saúde e educação serão menos afetadas. Já os projetos e obras não vão parar, porque é possível acertar o cronograma — disse o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, encarregado de preparar a revisão do orçamento.

### Petrobras e Eletrobras reduzem seus investimentos

Segundo um ministro de Estado, a construção do Porto de Pecém, no Ceará, e as obras de infra-estrutura no Porto de Suape, em Pernambuco, serão as primeiras a sofrer atrasos para atender às medidas de ajuste fiscal.

O ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, confirmou ontem que o Governo deverá adiar a

conclusão de alguns projetos dentro do esforço de estabilidade fiscal. Brito disse que hoje vai apresentar aos presidentes da Petrobras, Joel Rennó, e da Eletrobras, Firmino Sampaio, as diretrizes sobre a revisão dos projetos de seu ministério.

— A conversa será para dar as orientações gerais. Ficarei aguardando as propostas. Tenho certeza que o resultado final será a nossa contribuição para toda a sociedade — disse.

O ministro Brito explicou que, só este ano, a Petrobras e a Eletrobras deixarão de investir R\$ 1,170 bilhão. No caso da Petrobras, houve uma redução de gastos de R\$ 800 milhões, ou seja, R\$ 300 milhões a mais do que previsão inicial. A Eletrobras promoveu um corte de R\$ 370 milhões no Orçamento de 1998. No entanto, o ministro não quis antecipar quais serão os projetos que as duas estatais mais importantes do país terão que adiar.

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, disse que vai recorrer ao presidente Fernando Henrique Cardoso para manter os recursos de R\$ 1,5 bilhão para as obras do programa Brasil em Ação de sua área. Das 42 obras da primeira etapa do programa, 14 são do Ministério dos Transportes. Na segunda, o ministério é

responsável por dez dos 19 projetos previstos.

— Vamos tentar um consenso. Há uma discordância quanto aos cortes do Brasil em Ação e, quando isso ocorre, recorremos ao juiz, neste caso o presidente Fernando Henrique — disse.

Padilha adiantou que não abre mão das obras das rodovias Fernão Dias e do Corredor do Mercosul. No entanto, ele afirmou que até a próxima semana definirá com o secretário-executivo do ministério, Paulo Fontenele, o Orçamento de sua pasta. O ministro insistiu que as mudanças no orçamento terão que ser acertadas internamente no Executivo antes de seguirem para o Congresso Nacional.

— Sou membro do Governo. Não serei voz dissonante. Alguns projetos são vitais e tentaremos estabelecer o consenso. Estamos trabalhando naquilo que entendemos que é fundamental para o país — disse Padilha.

Já o ministro Raimundo Brito explicou que, em linhas gerais, todos os projetos do ministério são importantes. Dentre eles, existem as obras prioritárias e as vitais. Segundo o ministro, as orientações do Governo vão ser cumpridas levando em consideração as propostas que poderiam ser interrompidas com o menor

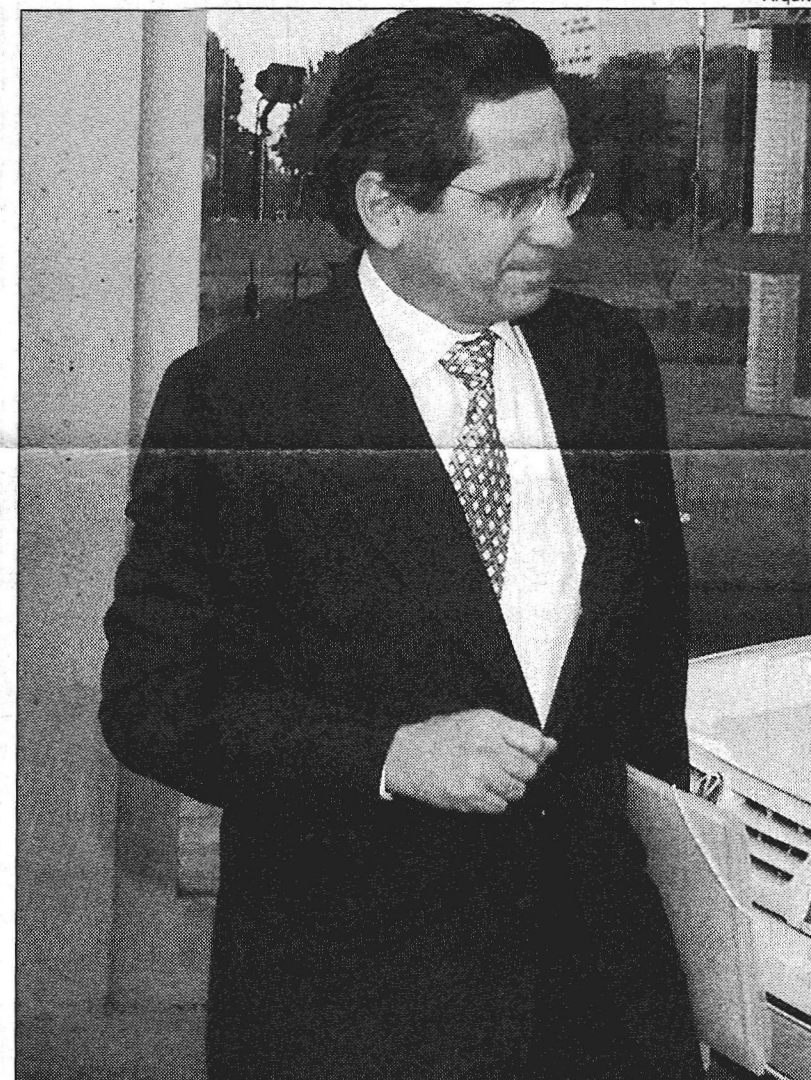
prejuízo para o país. Deste modo, ele acredita que o setor público estará contribuindo para permitir o superávit primário.

— Seria inócua dizer que existem obras mais ou menos importantes. Se estão previstas no Orçamento, é porque são importantes. Não apenas os projetos do Brasil em Ação, mas também todas as obras que não foram incluídas neste programa. Agora, o mais importante neste momento é a necessidade do ajuste e eu estou disposto a ajudar — afirmou o ministro de Minas e Energia.

### Cortes englobam gastos com custeio e investimentos

Brito explicou que os cortes englobam custeio e investimentos. No entanto, no caso da Petrobras, ele assegurou que não será afetada a produção de petróleo.

Na avaliação de Brito, o país estará dando um passo fundamental com o Programa de Estabilidade Fiscal, pois a proposta complementa o Plano Real, lançado em junho de 1994. O ministro lembrou que o maior sacrifício virá justamente do setor público que dará o exemplo para todo o país. Brito, que é filiado ao PFL baiano, sempre defendeu a posição de que os cortes deveriam ser feitos pelos governos federal, estaduais e municipais. ■



MARTUS TAVARES, secretário-executivo do Planejamento: projetos afetados